

HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTÓRIA DE GÊNERO UM DEPOIMENTO*

RACHEL SOIHET**

Não à toa comecei a trabalhar com a história das mulheres na década de 1970. Grandes transformações assinalavam a historiografia, os grandes temas em que os donos do poder ocupavam o cenário, cediam lugar a temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse. Some-se a esse processo a segunda vaga do feminismo, ocorrido a partir de fins dos anos 1960, do que resultou um fértil intercâmbio, alçando-se as mulheres à condição de objeto e sujeito da história.

Toda essa atmosfera, sem dúvida, contribuiu para que eu me aventurasse, ainda, no começo daquela década, na abordagem do movimento liderado por Bertha Lutz, que teve como alvo o acesso das mulheres à cidadania no Brasil. A tarefa não era das mais fáceis, já que no seio da história preponderava o desinteresse, no tocante às desigualdades entre homens e mulheres, na abordagem das diversas questões. Única, naquele momento, a elaborar uma dissertação sobre esse objeto no Programa de pós-graduação em História da UFF, que então se iniciava, enfrentei uma série de problemas, dentre eles, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subseqüentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico metodológico a ser utilizado no tratamento da questão. *O Segundo Sexo*, obra pioneira de Simone de Beauvoir, marco indiscutível para todos(as) que buscassem uma abordagem sobre as mulheres e *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*, de Heleieth Saffioti constituíram-se para mim em contribuições relevantes, na época.

Já na década de 80, foram as manifestações informais em que se expressavam as diversas formas de atuação e intervenção femininas que atraíram meu interesse. Tais abordagens resultavam do vulto assumido pela história social e, posteriormente, pela história cultural – quando

* Recebido para publicação em agosto de 1998.

** Professora titular aposentada do departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

algumas historiadoras buscaram desmitificar as concepções, até então dominantes, acerca da submissão e passividade femininas.¹ Fascinada por tais estudos encaminhei-me por esta linha, buscando reconstruir, a partir de processos criminais, o cotidiano das mulheres pobres no Rio de Janeiro da virada do século. Voltei-me para a análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre essas mulheres e as ações que desenvolveram para fazer face às mazelas do sistema e/ou dos agentes de sua opressão.²

Embora as discussões sobre as questões de gênero se iniciassem a partir da década de 1970, só mais tarde difundiram-se no Brasil, especialmente no que tange à história. Sabedora do avanço que tais contribuições representavam, impossíveis de serem desconsideradas por todos(as) que se dispusessem a enveredar por esse campo, um desafio se me apresentou, qual seja, o de incorporá-las à minha pesquisa sobre a história das mulheres.³ Tomar ciência da pluralidade de concepções acerca da questão do gênero, constituía-se no passo inicial a fim de selecionar aquelas posições com as quais mais me identificasse. As posições de Joan Scott e a polêmica decorrente com as historiadoras Louise Tilly e Eleni Varikas oferecem um panorama inicial dessa pluralidade.⁴ Scott alinha-se entre as pioneiras que acentuam a necessidade de se ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas, com o que concordam as demais pesquisadoras. Uma exceção, nesse particular, é Silva Dias que discorda da necessidade da construção imediata de uma teoria feminista, pois, a seu ver, tal reconstrução significa substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações,

¹ Michelle Perrot, Arlette Farge, Natalie Z. Davis ressaltam-se como pioneiras nesse tipo de abordagem, no plano internacional. No Brasil, destaco nesta vertente o estudo de DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

² SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

³ A ênfase no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; a precisão emprestada à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; o relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”, constituem-se em algumas dessas contribuições. Acresce-se a significação, emprestada por esses estudos, à articulação do gênero com a classe e a raça. Interesse indicativo não apenas do compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos, como da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos.

⁴ SCOTT, Joan. Debate. Joan Scott, Louise Tilly e Eleni Varikas. “Debate”. *Cadernos Pagu* (3) – *desacordos, desamores e diferenças*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1994.

talvez invertidas de poder, já que o saber teórico implicaria, também, num sistema de dominação.⁵

Argumentando em favor de sua proposta, Scott afirma a impossibilidade de uma tal conceitualização efetuar-se no domínio da história social, segundo ela, marcado pelo determinismo econômico; salientando a necessidade de utilizar-se uma “epistemologia mais radical”, encontrada no âmbito do pós-estruturalismo, particularmente, em certas abordagens associadas à Michel Foucault e Jacques Derrida, capazes de fornecer ao feminismo uma perspectiva analítica poderosa. Nesse sentido, segundo Scott, os estudos sobre gênero devem apontar para a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária “masculino versus feminino” e a importância de sua historicização e “desconstrução” nos termos de Jacques Derrida – revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas.⁶

Louise Tilly contrapõe-se a tal postura, com o que concorda Eleni Varikas, ao afirmar que a vontade política de conceder às mulheres o estatuto de sujeitos da história contribuiu para o encontro das historiadoras feministas com as experiências históricas das mulheres. E, para muitas, este encontro teve lugar no terreno da história social, do que resultaram análises notáveis de relações entre gênero e classes sociais. Também, Tilly e Varikas manifestam seu ceticismo quanto ao potencial de epistemologias situadas no âmbito do pós-estruturalismo para elaborar uma visão não determinista da história e uma visão das mulheres como sujeitos da história. Critica, porém, Varikas as restrições de Tilly ao que denomina “uso mais literário e filosófico do gênero”, atentando para a importância de se refletir com mais precisão, acerca da influência do paradigma lingüístico sobre a história das mulheres. Acentua Varikas a importância das abordagens no âmbito da história das idéias e das mentalidades, que concederam um lugar privilegiado para a análise das representações, dos discursos normativos, do imaginário coletivo; as quais chamaram a atenção para o caráter histórico e mutante dos conteúdos do masculino e do feminino, reconstruindo as múltiplas maneiras pelas quais as mulheres puderam re-interpretar e re-elaborar suas significações.

Ainda, Scott propõe a política como domínio de utilização do gênero para análise histórica. Justifica a escolha da política e do poder no seu sentido mais tradicional, no que diz respeito ao governo e ao Estado

⁵ DIAS, Maria Odila da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p.39.

⁶ SCOTT, Joan. Op.cit., p.2.

Nação. Especialmente, porque a história política foi a trincheira de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero, visto como categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política. Acredita que o aprofundamento da análise dos diversos usos do gênero para justificativa ou explicação de posições de poder fará emergir uma nova história que oferecerá novas perspectivas às velhas questões; redefinirá as antigas questões em termos novos – introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra. Tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e a nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as atuais estratégias feministas e o futuro utópico.

A análise de Scott é de extrema relevância, pois incorpora contribuições das mais inovadoras no terreno teórico, como no do próprio conhecimento histórico. Considero, porém, que, a partir do modelo de análise proposto, alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação concreta das mulheres tornam-se dificilmente perceptíveis. Importa, portanto, examinar contribuições de outros historiadores, que, com esse objetivo, não se limitam a abordar o domínio público. Recorrem a outras esferas, como o cotidiano, no afã de trazer à tona as contribuições femininas, no que se amplia o espectro de concepções acerca da problemática do gênero.⁷

Numa perspectiva bastante enriquecedora, acerca da presença da política na vida das mulheres, destacam-se as reflexões da historiadora francesa Arlette Farge:

O jogo político, na história das mulheres, não tem caráter de evidência. Onde situar o político e como qualificá-lo? Utilizar a idéia de dominação, afirmando que é universal e que tem como efeito a necessária exclusão das mulheres da esfera política é ater-se a uma constante que em nada se parece a uma análise. Se há bloqueio, é talvez porque por em marcha o estudo da dominação, tanto pelo lado da opressão como pelo da rebelião, não permite apreendê-la como uma relação dialética.⁸

⁷ DIAS, Maria Odila da Silva. Op.cit., pp.51-52. Afirma a historiadora que o cotidiano “define um campo de múltiplas interseções que aproximam e diluem um no outro conceitos ideológicos estratégicos como o público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura, as razões e as paixões, o sujeito e o objeto – e que envolvem todas, a dualidade das relações de gênero, tanto na medida em que estão determinadas, como no processo em que estão se transformando e sendo transformadas”.

⁸ FARGE, Arlette. La historia de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía. *Historia Social*, nº 9. In: LUNA, Lola G. *Historia, Genero y Política*. Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, S. A, 1994.

Farge evita, dessa forma, o binômio dominação/ subordinação como terreno único de confronto. Apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, através de complexos contra-poderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e “compensações” no jogo da sedução e do reinado feminino. Sua proposta metodológica é estudar o privado e o público como uma unidade, assaz renovadora frente ao enfoque tradicional “privado *versus* público”.⁹

Ainda no que tange ao político, cabe mencionar as abordagens de outras historiadoras – como Michelle Perrot, Natalie Davis, Arlette Farge, Silva Dias, e outras – que, ao buscar a mulher como agente histórico, aproximaram-se de domínios nos quais ocorriam maior evidência de participação feminina. Daí não se aterem unicamente à esfera pública – objeto exclusivo, por largo tempo, do interesse dos historiadores impregnados do positivismo e de condicionamentos sexistas. Explica-se, assim, a emergência do privado e do cotidiano, nos quais emergem com toda força a presença dos segmentos subalternos e das mulheres. Longe está o político, porém, de estar ausente dessa esfera, na qual se desenvolvem múltiplas relações de poder.¹⁰

Mesmo no espaço público, porém, marcaram presença as mulheres dos segmentos populares. Aqui deve-se mencionar uma pista assinalada por E.P. Thompson, acerca da liderança feminina nos motins de alimentos¹¹. Usando o corpo como arma, aos gritos, batendo panelas e caldeirões protagonizavam ruidosas aglomerações.¹² Outros historiadores sugerem, igualmente, que essa atuação das mulheres pode-lhes ter conferido uma base de poder na comunidade. Não se trata de excluir a abordagem das mulheres no terreno da política formal, mas urge não ignorar esse tipo de manifestações, típicas da resistência dos segmentos populares, sob o risco de inversão do problema; passando-se a focalizar as mulheres, apenas sob a ótica da classe e do sexo dominante.

Voltando à proposta de Scott, esta não abre espaço para que emergjam as diversas sutilezas presentes nas relações entre os sexos, das quais não estão ausentes as alianças e consentimentos por parte das mulheres. Nesse

⁹ LUNA, Lola G. Op.cit., p.45.

¹⁰ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros*. São Paulo, Paz e Terra, 1988; DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo – Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*. São Paulo, Paz e Terra, 1990; FARGE, Arlette. La amotinada. In: DUBÝ, Georges e PERROT, Michelle. *Historia de las Mujeres en Occidente*. V.3., Madrid, Taurus Ediciones, pp.503-520; DIAS, Maria Odila Silva. Op. cit.

¹¹ THOMPSON, E.P. La economía “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Ed. Crítica, 1979.

¹² PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Op. cit.

particular são muito adequadas as considerações de Roger Chartier, que destaca na dominação masculina o peso do aspecto simbólico, que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, segundo Chartier, um objeto maior da história das mulheres consiste no estudo dos discursos e das práticas que garantem o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos. Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal. O essencial é identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural” e biológica, a divisão social dos papéis e das funções.

Outrossim, alerta Chartier, uma tal incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados. O que significa que a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Compreende, dessa forma, uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta – aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição. Elas nascem no interior do consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação é reempregada para marcar uma resistência. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador.¹³

A noção de resistência torna-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres. Cabe aqui lembrar, mais uma vez, a importância da História Social, especialmente, de E.P. Thompson. Sua obra dedica especial atenção às manifestações cotidianas de resistência dos segmentos populares, embora não estabeleça as mulheres como objeto específico. Outros historiadores também descartam a visão de uma ação unilateral do poder sobre os dominados passivos e impotentes. Como frisa Michel de Certeau, torna-se necessário “exumar as formas sub-reptícias que assume a criatividade dispersa, tática e *bricoleuse* dos dominados”,

¹³ CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu* (4) – *fazendo história das mulheres*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, pp.40-42.

com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide¹⁴. Historiadoras, como as já citadas Michelle Perrot, Natalie Davis, Arlette Farge, Maria Odila da Silva Dias, eu própria, têm se baseado nesse referencial no esforço de reconstrução da atuação feminina. Acreditam que a abertura dos historiadores para os papéis informais, visíveis apenas através do enfoque do cotidiano, constitui-se no recurso possível para a obtenção de pistas que possibilitem a reconstrução da experiência concreta das mulheres em sociedade, que no processo relacional complexo e contraditório com os homens têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história.

Divergência de posições, debates, controvérsias, este é o quadro hoje da história das mulheres; quadro que se afigura dos mais promissores e que coincide com a diversidade de correntes presentes na historiografia atual. Diversidade que se manifesta na existência de vertentes que enxergam a teoria como ferramenta indispensável à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres, até as que relativizam a sua presença, em nome do caráter fluido, ambíguo, do tema em foco: as mulheres como seres sociais. Ênfase na utilização da categoria de gênero na análise da esfera da política formal, em termos do exercício do voto e manejo do poder nas instituições do governo; preferência pela abordagem do cotidiano, “re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas” que possibilitem o desvendamento de processos sociais invisíveis, ante uma perspectiva normativa, são algumas das diferentes posturas no tocante aos estudos sobre as mulheres. Algumas opõem história de gênero e história das mulheres – que, na verdade, caminham para uma interpenetração que impede a abordagem isolada de cada uma destas. Criatividade, sensibilidade e imaginação tornam-se fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo quanto ao passado feminino. Estamos, assim, preparados para fazer frente àqueles que, na Academia, ainda, não nos reconhecem como parceiras plenas; tentando relegar-nos a posições periféricas face o caráter secundário de nossas preocupações. Estamos, enfim, em condição de responder às inquietações de Virgínia Woolf, quanto à construção de uma história, “menos bizarra, irreal e desequilibrada”, na qual as mulheres estejam presentes, sem qualquer “inconveniência”.¹⁵ Mulheres e História interpenetram-se num movimento dialético, assinalado por trocas recíprocas, que acena com a esperança de uma utopia futura.

¹⁴ CERTEAU, Michel De. *Artes de Fazer. A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994, p.41.

¹⁵ WOOLF Virgínia. *A Room of One's Own*. New York, 1929, p.47.